

AS REPRESENTAÇÕES PLURISECULARES DE UMA VIVÊNCIA DE QUOTIDIANO. A LISBOA DO PASSADO

Teresa Rodrigues dos Santos Veiga

Falar de vida quotidiana é sempre difícil, por se tratar de um tema multifacetado e imbuido de certa subjectividade, em termos de fontes e metodologias possíveis. Estas dificuldades veem-se acrescidas no caso de Lisboa, por ser impossível reconhecer e abordar as inúmeras facetas e perspectivas de que se revestiu no passado a vivência diária na capital do Reino e do Império.

Assim, as páginas que se seguem pertendem apenas mostrar uma forma diferente de ver alguns aspectos desse quotidiano. Ou melhor, ver Lisboa *por dentro* e reconhecer quais as vantagens e dificuldades com que se defrontavam os seus residentes de outrora. Poderíamos falar de uma história *ao contrário*, já que deseja verificar o que não mudou na cidade e quais os problemas vividos pela população aí residente no seu dia a dia. Muitos deles, conforme teremos oportunidade de constatar, eram iguais aos de hoje, embora já há quinhentos anos fossem criticados e até polémicos.

Veremos que já no século XVI as rendas eram caras e era difícil arranjar casa, que o mau estado e a sujidade das ruas eram constantemente referidas, que existiam problemas de circulação e verdadeiros engarrafamentos, que os constantes assaltos tornavam perigoso sair à noite ou passar por certas ruas e que a polícia pouco fazia para evitar a insegurança e a violência na cidade.

Servimo-nos para tanto de documentação dispersa em vários fun-

dos arquivísticos e sobretudo das descrições da capital feitas por indivíduos não comprometidos com o poder, como foram certos viajantes portugueses e estrangeiros que, se deslocaram à capital.

O que era a Lisboa do passado? A cidade sempre foi enorme para o tamanho de Portugal. No dealbar da Época Moderna contava com cerca de cinquenta mil habitantes, o que representava perto de cinco por cento de toda a população portuguesa. Nesse momento, o Porto só possuía quinze mil residentes, Évora não atingia os dez mil e só seis outras cidades tinham mais de cinco milhares de almas: Guimarães, Coimbra, Santarém, Elvas, Tavira e Lagos.

Lisboa tenderá, no entanto, a afirmar progressivamente o seu peso no contexto nacional e, apesar de todas as vicissitudes por que passou, continuará a aumentar. Em 1620 teria já 165 mil habitantes, contra os 120 mil estimados para a segunda maior cidade peninsular, que era Sevilha. No início do século XVIII possuía 190 mil e cem anos depois cerca de duzentos milhares. Quase um décimo dos portugueses continentais residiam então em Lisboa, percentagem que voltará a verificar-se apenas em meados do nosso século. No início de Oitocentos a cidade contava-se ainda entre as dez maiores da Europa e do seu tamanho lhe advinham os principais problemas.¹

1. A vida em Lisboa

No *Ritrato et Rivero del Regno di Portogallo*, datado do último quartel de Quinhentos, pode ler-se que Lisboa era a principal cidade do Reino e muito povoada, "julgando muitos que, tirando Paris, é aquela que, na Cristandade, tem maior população – tem um clima muito doce e temperado [...]." E em seguida: "O sítio é belo e irregular, nem todo plano, nem todo acidentado, ornado de muitos templos devotos e ricos, alguns deles de razoável beleza, onde se efectuam serviços divinos com grande solenidade. Há muitas residências de particulares belas e cómodas. As colinas da cidade são agradáveis, por que algumas gozam a vista do rio e da terra juntamente e outras a da terra somente [...]. É nesta cidade que costumam os reis viver a maior parte do tempo, tanto por que nela se fazem as armadas para todas as conquistas e comércios, como por que têm muito perto bosques e locais aprazíveis, quer para o Verão, quer para o Inverno [Benfica,

¹ Cf. Teresa Rodrigues in *História de Portugal*, dirig. por José Mattoso, vol.III, Lisboa, 1993, cap.3, pp. 230-235.

Charneca e Carnide]. [No entanto], as ruas não são largas nem direitas nem limpas, e as casas geralmente de pouca aparência de arquitectura. Deve-se andar a cavalo porque, por costume, tem-se pouca conta de quem anda a pé."²

Esta Lisboa vista pelos olhos de um italiano anónimo pouco se irá alterar nos séculos imediatos. A cidade desenvolveu-se e cresceu "sem plano e na exacta medida das suas necessidades imediatas, segundo os caprichos dos construtores e os acasos de uma propriedade que se alterava ao longo dos séculos." Em algumas partes efectuavam-se demolições para permitir o alargamento das vias, incapazes de dar vazão ao aumento considerável do trânsito de gentes e bens, mas essas novas ruas eram iguais na sua irregularidade às anteriores. As autoridades camarárias não conseguiam evitar a queda frequente das muitas habitações degradadas que pontilhavam o centro funcional da urbe.³

À medida que o viajante, curioso, se aproximava da capital e nela entrava desfazia-se a visão resplandecente que Lisboa emanava quando observada ao longe, sendo substituída pelo cheiro nauseabundo que saía das valetas, a poeira levantada pelo mau piso das ruas de terra batida, os encontrões das gentes apressadas e os engarrafamentos a certas horas do dia.⁴ Só em finais de Setecentos, já adiantadas as obras de reconstrução na parte central que fora destruída pelo Terramoto de 1755, a cidade voltou a exhibir sinais inequívocos de opulência e desenvolvimento.

No entanto, não haviam sido resolvidos os tradicionais problemas de vivência impostos pela grande dimensão da capital. E o facto é, como refere nas suas cartas o Marquês de Bombelles, diplomata francês creditado em Lisboa na segunda metade de Setecentos, que se "fica embaraçado sobre que mais se há de admirar, se o muito que a natureza fez para tornar os habitantes felizes, se o pouco cuidado que estes têm para o serem..." Relata-nos ele como, ao contrário do que seria aconselhável em termos sanitários, as colinas dentro e fora da cidade continuavam a ser ocupadas quase em exclusivo por capelas, igrejas e conventos imensos. Juntamente com as suas hortas, vinhas e pomares, essas instituições detinham pelo menos uma sexta parte da

² A.H. de Oliveira Marques, "Uma descrição de Portugal em 1579-1580", pp. 87-88.

³ José Augusto França, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, pp. 20, 47 e 48.

⁴ Teresa Rodrigues et alii, *Lisboa Setecentista vista por Estrangeiros*, p. 16.

área urbana. Por esse facto, os residentes pouco usufruíam daquelas que poderiam ser excelentes condições de vida.⁵

E tudo isto apesar da cidade possuir um clima único e extremamente favorável pela sua doçura. Quem a visitava pela primeira vez admirava-se com o pouco rigor do frio nos meses de Inverno e com a raridade dos dias sombrios. Pelo contrário, Lisboa distinguia-se por uma luminosidade única, fornecida pelo sol resplandecente que dourava as suas colinas a maior parte do ano. Verdade de ontem, como de hoje.

Mas existia um reverso menos positivo no quotidiano vivido numa cidade com as dimensões de Lisboa. Desde sempre as autoridades tentaram, sem sucesso, resolver os principais problemas da vida na grande cidade. Um deles era o número excessivo de mendigos e vagabundos que continuamente a ela afluíam e dia e noite nela deambulavam. Outro consistia na necessidade de combater a espantosa sujidade das ruas, bem como o cheiro dos despejos efectuados ao ar livre, sendo certo que qualquer destes factores acentuava a precariedade das condições sanitárias em que vivia uma enorme camada da população, que se concentrava nos andares menos nobres dos edifícios e sobretudo nos bairros de feição popular. Também a falta de policiamento e iluminação das ruas era invariavelmente mencionada por todos quantos descreviam a capital. Lisboa era uma cidade violenta, como testemunha já no século XVI Duarte Nunes de Leão, a propósito "dos moços perdidos e patifes que a Lisboa, como a mata grande, vêm parar de todo o Reino."⁶

Três séculos depois a situação pouco se havia alterado. Giuseppe Baretti, que visitou a nossa capital pouco depois do terramoto de 1755, dá-nos conta do sentimento de impotência que experimentara a este propósito. "Desde que escurece torna-se extremamente perigoso sair de casa só e desarmado, porque é quase certo ser-se assaltado e roubado. As rondas evitam os malfeitores em vez de os perseguirem, e não há ninguém que se prontifique a ajudar o desgraçado que é atacado... A polícia não faz nada. A única solução é o processo. Porém, depois de anos de despesas e de papelada sem nenhum resultado, vem a desistência."⁷ Ao entrar Oitocentos, Carl Ruders, um sueco que

⁵ *Idem*, pp. 19-20.

⁶ Duarte Nunes de Leão, *Descrição do Reino de Portugal ...*

⁷ G. Baretti, *Viaggi Esposti in Lettere Familiari a suoi fratelli Filippo, Giovanni e Amadeo*, p. 222; e M. Link, *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799*, p. 262.

então residia em Lisboa, descreveu igualmente os seus temores quando era forçado a sair à noite, "receando um bandido em cada pessoa [...]. Como os assassinatos aqui são acontecimentos vulgares e se fala de vários assaltos à mão armada, a única defesa é a pessoal, ou com o auxílio dos respectivos criados."

Cientes da insegurança em que vivia a população, as autoridades criaram uma força militar destinada a manter a ordem. No início do século XIX formavam-na mais de seiscentos homens de infantaria e duzentos de cavalaria, que todas as noites patrulhavam em grupo os bairros urbanos. Existiam também guardas nocturnos, mas a regularidade com que passavam em cada sítio permitia aos larápios mais experimentados coordenarem as suas acções, anulando-se assim qualquer possível vantagem para a segurança das gentes que se aventuravam nas zonas menos frequentadas da noite alfacinha. A sua função era quase só anunciar quem passava em altos brados, quando não adormeciam. Não tinham obrigação de prestar socorro pessoal."⁸

Por todas estas razões, o movimento nas ruas, que era intenso ao longo do dia, tornava-se quase nulo, apenas se punha o sol. As pessoas apressavam-se a regressar a casa e os jardins públicos eram encerrados.⁹

O mau estado das ruas constituía outro grave problema urbano. Estas eram na sua quase totalidade muito inclinadas, tortuosas e estreitas e, pelo menos desde o início da primeira grande fase de desenvolvimento populacional e urbanístico da capital, no século XVI, manifestamente inadequadas à intensidade com que se processava a circulação de pessoas e animais. O solo permanecia irregular, apesar da contínua edificação de novas casas e da reparação das mais antigas. Diz-nos Beckford a este propósito: "nunca vi tão detestáveis subidas e descidas, tão escarpadas vertentes e íngremes ladeiras, como aqui em Lisboa. Julguei, por vezes, que ia ser despejado no Tejo ou que ia rolar para dentro das valas de areia, e sair no meio de sapatos velhos, gatos mortos e negras bruxas."¹⁰ Por outro lado, o empedramento mostrava-se moroso e ainda na segunda metade do século XVIII se restringia a um número ínfimo de artérias principais.

Assim, transitar em Lisboa era penoso, fosse a pé, a cavalo, ou com qualquer outro tipo de transporte, excepto nas zonas residenciais

⁸ Carl Israel Ruders, *Viagem em Portugal. 1798-1802*, pp. 40,83,227,252.

⁹ *Idem*, p. 30.

¹⁰ William Beckford, *Diário de William Beckford*, p. 65.

O Conceito de Representação

mais ricas e nas mais distantes do centro funcional urbano. Mais tarde, a Baixa Pombalina tornou-se outro desses pontos privilegiados. Talvez por esse motivo a sociedade lisboeta não considerava de bom tom andar apeado. Daí o ditado popular, segundo o qual, excepto pessoas de baixa condição, só se encontravam nas ruas, a pé, pelo menos enquanto estava calor, ingleses e cães.¹¹

Mas nem sempre era fácil cumprir os costumes da sociedade. Já na última parte de Oitocentos só os residentes mais ilustres e alguns mercadores de maiores rendimentos se podiam dar ao luxo de possuir carruagens privativas. "As senhoras de elevada condição não passeiam a pé nas ruas e os fidalgos, se alguns se mostram uma vez por outra caminhando na cidade, trazem sempre a carruagem a acompanhá-los, o mais rente possível às casas, para evitar enterrar os cavalos no lamaçal. Porém, o sustento dos cavalos era muito caro. Assim, excepto o rei, os membros da família real, o patriarca e alguns ministros, ninguém tem carruagens puxadas a seis cavalos, antes a seis mulas."¹²

Na fase final do século XVII, o fluxo do trânsito aumentou de tal modo que já não bastava derrubar algumas casas para aumentar a largura das ruas, prática que fora até então seguida pelos responsáveis camarários para assegurarem uma maior facilidade de circulação. Uma das ruas principais desse período foi a Rua da Prata, a qual media nove metros, tamanho que a colocava acima dos diâmetros das ruas mais famosas a nível internacional. Basta pensar que em Paris a largura das vias oscilava entre os cinco e os oito metros. Na cidade criaram-se também verdadeiro os parques de estacionamento para coches e liteiras, como o do Largo de Santo Elói. Além disso foram promulgados dois decretos, em 1686 que impunham determinadas regras de trânsito, bem como as multas a pagar em caso de infração.¹³

Outro tema bastas vezes discutido pelas autoridades locais responsáveis prendia-se com a inexistência de uma rede capaz de prover ao abastecimento de água e esgoto, situação agravada pela crónica falta de hábitos de higiene privada das populações. Como já referimos, a maior parte das ruas de Lisboa eram estreitas e húmidas e nelas se lançavam todo o tipo de imundícies. As casas eram tão altas

¹¹ Marquis de Bombelles, *Journal d'un Ambassadeur de France en Portugal. 1786-1788*, p. 49, e A. William Costigan, *Cartas de Portugal, 1778-1779*, vol.II, p. 23.

¹² Carl Ruders, *ob.cit.*, p. 122.

¹³ Fernando Castello Branco, *Lisboa Seiscentista*, p. 39.

"que tapavam o céu", como referem testemunhos coevos, e nelas nunca entrava o sol, sendo portanto extremamente doentias. A conjugação destes aspectos permite compreender a precaridade da vida humana na capital do Reino durante a vigência do Antigo Regime demográfico, ou seja, até ao nosso século.

As autoridades temiam a cada instante o deflagrar de surtos epidémicos. Comentava-se mesmo com estranheza o carácter relativamente benigno dos focos de doenças diversas e contagiosas, as quais, embora constantes, eram por norma pouco expressivas ao nível de vidas humanas. Mesmo já no início de Oitocentos a maior parte das ruas nunca eram varridas, outras raras vezes o eram. O lixo era junto em montinhos por um grupo numeroso de indivíduos ligados à Câmara, mas ficava sem ser recolhido tanto tempo que se voltava a espalhar, antes que chegasse a ser retirado, pelo que a sujidade das vias públicas nem por breves momentos era debelada. Os proprietários dos prédios pagavam uma pesada contribuição para a limpeza das ruas, contudo sem resultados.

As queixas contra o costume do *água-vai*, já considerado bárbaro no século XVIII europeu, eram ainda frequentes em Lisboa no início da centúria seguinte e o poder local continuava a mostrava-se incapaz para erradicar esse hábito, bem enraizado entre os populares. Deitava-se para a rua durante a noite, e até de dia, toda a espécie de imundícies, e estas "seriam ainda mais sujas do que são, se tudo quanto se pode comer não fosse devorado prontamente por milhares de cães vadios."¹⁴

Quando chovia, a inclinação da maior parte das ruas e becos provocava inundações e autênticos dilúvios, mas só então o lixo era arrastado para o rio e os pavimentos ficavam limpos. Toda a vez que ocorria uma grande bátega de água, verdadeiras torrentes inundavam a parte baixa da cidade e as ruas transformavam-se em lamaçais. As carruagens atolavam-se e as mulas tinham dificuldade em atravessar algumas artérias, devido aos lagos que sempre se formavam ao fundo de certas vias, como acontecia na Calçada da Estrela.¹⁵

Esta situação manteve-se durante séculos, agravando-se à medida que aumentava o número de habitantes urbanos. Na segunda metade de Setecentos apenas o novo bairro da Baixa era provido de esgotos.

¹⁴ J.B.F. Carrère, *Voyage en Portugal et particulièrement à Lisbonne...*, p. 308.

¹⁵ Suzanne Chantal, *A Vida Quotidiana em Portugal ao Tempo do Terramoto*, p. 243.

Nas restantes zonas da cidade eram as negras que transportavam até ao rio os dejectos humanos. Faziam-no equilibrando à cabeça grandes e longos vasos de barro, "onde um pouco de verdura semeada à superfície não esconde o odor, nem impede de se lhe adivinhar o conteúdo."¹⁶ Dirigiam-se por norma à zona ribeirinha, embora na Boavista existisse outro local designado pelas autoridades para proceder ao despejo das imundícies urbanas. Este facto continuava a não evitar os despejos na rua, onde também era lançada toda a espécie de animais domésticos doentes ou mortos, desde cães e gatos, a burros ou cavalos.

Outra questão sempre referida era a da má qualidade geral das habitações, que dependia muito do local ou bairro de residência. Após a reconstrução de certas partes de Lisboa, na sequência dos estragos feitos pelo terramoto de 1755, o contraste era também nítido entre os bairros novos e os poupados pela catástrofe. As casas novas uniam-se em quarteirões separados por ruas bastante largas e direitas, de tal forma que pareciam um só palácio. Cada edifício era provido de cómodos andares, que podiam atingir oito pisos. Todas as casas possuíam vidraças e alguns pavimentos tinham varandas, que permitiam às mulheres ver quem passava sem serem perturbadas.

Porém, nas ruas traseiras piorava a qualidade da construção, à medida que descia o nível económico a que pertenciam os residentes locais. Este facto justificava o mau aspecto dos edifícios, a pior qualidade de construção e dos acabamentos e os vidros quebrados nas janelas, que dificilmente seriam repostos, a avaliar pelos rendimentos das famílias que aí habitavam. Mas as condições de vida nessas zonas eram apesar de tudo superiores às dos bairros antigos que resistiram ao terremoto catástrofe. Na parte antiga da cidade o sol dificilmente entrava, amontoando-se as casas altas e esguias. Grades exteriores de madeira faziam as vezes de vidraças, de longe mais dispendiosas. A má qualidade dos materiais utilizados para construir o tecto e as paredes nem sequer isolavam os seus ocupantes do frio do Inverno ou do calor estival.

Mas mesmo nas principais casas e palácios predominavam os interiores sombrios e os cómodos eram mal distribuídos, em evidente contraste com os avanços conseguidos pela arquitectura e decoração de interiores das casas europeias no alvorecer da época contemporânea. Uma grande sensação de desconforto pode ser recolhida a partir

¹⁶ W. Beckford, *ob. cit.*, p. 65.

das descrições feitas pelos visitantes estrangeiros que passaram por Lisboa, a maior parte dos quais conhecia com relativo pormenor a vida noutras grandes urbes. Devemos a Beckford, indivíduo inglês que visitou a cidade no Verão de 1787, algumas das descrições mais mordazes sobre as suas principais casas.¹⁷ Segundo ele, o palácio real da Ajuda era um local mesquinho. A sala de audiências não passava de "um pequeno e pobre celeiro, forrado de sujos tapetes e revestido das mais grosseiras tapeçarias. O quarto da Rainha transborda de livros de devoção e de imagens de santos de todas as espécies e tamanhos, pinturas toscas".

No palácio da Palhavã o que mais prendeu a atenção de Beckford foi a absoluta ausência de espelhos, quadros ou qualquer outro elemento decorativo, para além de pesados panejamentos. "Bastava a vista destas mesas assim vestidas para nos fazer transpirar, e não sou capaz de atinar com o demónio que tentou os Portugueses a inventar tão bolorenta moda, odiosa em toda a parte, mas particularmente em clima tão sufocante como este." Em Queluz "não escapou nenhuma mesa de jogo nem de jantar, e em muitos casos recorreu-se a velhos trajes de corte, é essa a minha convicção, para se fazerem tais atavios."¹⁸

A sua opinião geral relativamente aos gostos arquitectónicos e decorativos dos portugueses não melhora quando visita algumas casas da alta burguesia alfacinha. Numa ida à casa recém-construída de um bem sucedido negociante de coiros, Beckford refere nunca ter visto aposentos mais pavorosos: "foi coisa que nunca vi. As colgaduras são de cetim azul forte e do mais vistoso e sulfúrico amarelo. Todos os tectos são decorados com pinturas alegóricas e de medíocre execução, sobrecarregadas de oiro, no estilo daquelas tabuletas que aqui há uns anos eram a vanglória do High Holborn e de St. Gill's".¹⁹

Para além da falta de gosto, factor subjectivo e sempre discutível, o que ressalta destas descrições é sem dúvida o atraso com que em Lisboa, independentemente das questões monetárias, pareciam ser adoptadas as práticas e modas europeias. A maioria das casas continuava a ter um aspecto vulgar, mesmo quando um grupo de origem burguesa abastado tentava rivalizar na opulência das suas casas com a nobreza. Esta discrepância manteve-se mesmo depois do terramoto,

¹⁷ *Idem*.

¹⁸ *Idem*, pp. 55-56, 69 e 251.

¹⁹ *Idem*, pp. 245, 247.

O Conceito de Representação

apesar da reconstrução a que foi sujeita parte da capital. Mas o caso de Lisboa não era único, no contexto urbano europeu.²⁰

2. A diversidade na vivência do espaço

A evolução da cidade durante os séculos XVI e XVII determinou a nível económico e político a afirmação de dois centros funcionais internos, unidos pelo eixo aberto com a Rua Nova.

A vida urbana concentrou-se junto ao Tejo, no Terreiro e na zona da Ribeira, onde se fixaram também as casas e estabelecimentos ligados aos tratos com o Império e onde residia a Corte e os grupos mais abastados e influentes. Para o interior ficava o Rossio, segundo pólo de atracção urbana, através do qual se efectuava a ligação com as freguesias do termo, na confluência das vias de acesso e abastecimento da capital por terra de produtos frescos, nomeadamente fruta, legumes, leite, ovos e criação.

A cidade modificou-se, mas de forma lenta. Cresceu o casario, no interior diminuíram os espaços verdes e aumentaram até valores impensáveis para a época as densidades de ocupação humana nas casas dos bairros populares, como Alfama, Mouraria e Bairro Alto. Persistiram, no entanto, um pouco por toda a cidade, os pomares e hortas, excepto no núcleo ribeirinho, que já em finais de Quinhentos estava inteiramente urbanizado. Aos diversos modos de ocupação humana do solo correspondiam actividades económicas distintas e formas particulares de associação e quotidiano.

Outra especificidade da vida em Lisboa residia na edificação em altura, que se vulgarizou à medida que diminuiam os espaços vazios e a urbanização se estendia a freguesias cada vez mais afastadas do núcleo inicial de povoamento. Diz-nos Gaspar Barreiros em 1528 que "em Lisboa dificultosamente se acharam casas onde não pousem muitos moradores." Em certas ruas o número de andares e inquilinos era tamanho que estes não se conheciam, nem de cara nem de nome, facto impressionante nesse primeiro quartel de Quinhentos, mesmo para o viajante mais cosmopolita. Quando chegamos ao século XVIII já muitos prédios possuíam mais de cinco pisos, mas mesmo assim foi preciso recorrer ao aluguer de quartos para tentar minorar a falta de casas e deter a rápida subida dos preços de arrendamento.

²⁰ Teresa Rodrigues et alii, *ob. cit.*, pp. 20-23.

As diferenças internas a nível de construção eram, no entanto, muito vincadas. A cidade dividia-se em bairros ricos e pobres, que se mantiveram praticamente os mesmos entre o século das Descobertas e a actualidade. Aos bairros populares do centro urbano vieram apenas juntar-se novos locais, como os Anjos, Arroios, Santos, Alcântara e Santa Isabel, estes últimos sobretudo durante Oitocentos. Por seu turno, o Castelo tendeu a popularizar-se, depois de ter sido nos primeiros séculos da modernidade uma área residencial dos grupos médios ou altos.

3. O residente urbano

A enorme variedade de origens dos indivíduos que em Lisboa coexistiam constituía outra das originalidades da capital. Para além dos estrangeiros e dos inúmeros transeuntes que nela era sempre possível encontrar, existiam entre os de menores recursos alguns tipos humanos característicos e únicos. Com efeito, era maior a riqueza de figuras humanas no grupo popular, uma vez que as normas de educação e vida importadas ou, na melhor das hipóteses, adaptadas à realidade portuguesa, uniformizavam os padrões de comportamento e aspecto dos membros da aristocracia, alto clero e alguma grande burguesia.

A criadagem fora sempre sempre uma camada mal remunerada e possuidora de escassas qualificações, mas em número muito expressivo. Tratava-se de uma "multidão de piolhosos, que esmaga as finanças de um senhor"²¹, mas sem a qual o costume obrigava a que ninguém passasse. Durante algum tempo o número de servidores fora sinal distintivo de nobreza, mas a facilidade com que se tornava possível adquirir um escravo ou contratar um criado fez com que quase todos possuíssem não um, mas vários serviçais. Porém, mesmo no século XVIII, fossem brancos ou negros, todos eles apresentavam um ar de mendigos. Apresentavam-se mal penteados e vestidos, qual "rancho de saracoteantes e ramelosos [...], com dentes sujos a arreganhar e empestados de fedor a alho e a bacalhau."²² Mas o grau de exigência dos senhores para com esses indivíduos, a quem mal pagavam, também não podia ser grande. A maioria pouco trabalhava e os senhores tinham com eles uma relação de intimidade espantosa. Era

²¹ J.B.F. Carrère, *ob. cit.*, pp. 49 e 264.

²² W. Beckford, *ob. cit.*, pp. 34,49,64.

O Conceito de Representação

frequente ver-se à mesma janela condessa e criada em atitude familiar. Por ocasião de visita às famílias era de bom tom inquirir os senhores da casa acerca da saúde dos domésticos de maior confiança, bem como dar e receber lembranças.²³

A presença de galegos na cidade era outro elemento diferencial e constante. Os galegos eram indivíduos robustos, sóbrios e poupados, que executavam grande variedade de tarefas. Ficaram mais conhecidos como vendedores de água, mas também se empregavam na cidade como moços de fretes, auxiliares em lojas e armazéns, criados em casas particulares, hospedarias, casas de pasto e tabernas. Alguns eram cocheiros, outros varredores de ruas por conta da Câmara. Transportavam as pessoas por uma bagatela quando as grandes chuvas inundavam as ruas. Trabalhando e vivendo economicamente eram um exemplo de sucesso, porque com frequência juntavam um pecúlio que lhes permitia abrir pequenos estabelecimentos. A sua presença tornou-se de tal forma indispensável ao dia-a-dia lisboeta que quando em 1801 se pertendeu expulsá-los em razão da guerra que se travava com Castela, o Intendente Geral da Polícia objectou que desse modo não haveria quem servisse as cidades de Lisboa e Porto, pelo que a ideia foi abandonada.²⁴

Os escravos formavam outro grupo de forte expressão numérica, apesar da extinção da escravatura na Metrópole ter sido decretada na segunda metade do século XVIII. O número de indivíduos de origem africana terá sido empolado nas estimativas oficiais, mas o que importa reter é o carácter exótico que então forneciam à capital perante o olhar do europeu que nos visitava. Nos anos 60 de Setecentos, Giuseppi Baretti fala-nos na grande quantidade de negros de um e outro sexo, que iam enchendo este "canto da Europa com uma espécie de amostras humanas chamadas *mulatos*". Provas do entrecruzar de raças.²⁵ Torna-se "de bom tom [...] andar rodeado de pretinhos africanos, [...] e vesti-los o melhor que se possa. A soberana [Dona Maria] dá o exemplo. A família real anda à compita a ver quem é que faz mais mimos e carícias à Dona Rosa, a favorita da Rainha, preta, beijuda e de nariz esborrachado".

Outro grupo específico era o dos pobres e mendigos. Ninguém parecia ter escrúpulos em recorrer à prática da mendicidade, forma

²³ Carl Ruders, *ob. cit.*, p. 123.

²⁴ Teresa Rodrigues et alii, *ob. cit.*, p. 47.

²⁵ G. Baretti, *ob. cit.*, vol.II, p. 61.

expedita de suprir a falta de emprego. Da província chegavam todos os dias dezenas de indivíduos de ambos os sexos, muitos dos quais rapidamente contraíam o hábito de pedir esmola. Lisboa não dava assistência aos pobres, grupo imenso que dependia em exclusivo da caridade privada. Não existiam asilos ou associações oficiais e a acção eclesiástica resumia-se, na melhor das hipóteses, a fornecer uma sopa diária, servida à porta de certos conventos. Assim, cuidar dos indigentes acabará por assumir na sociedade lisboeta uma espécie de culto. As casas ricas davam esmola e sopa aos pedintes em dias determinados. Das janelas a população atirava-lhes moedas.

As ruas eram um verdadeiro formigueiro de pedintes. "É-se assaltado por eles nas praças, nas ruas, nas próprias casas." Uns entravam nas estalagens e casa de comida, outros percorriam as ruas. Porém, a maioria escolhia certos lugares estratégicos, onde continuamente se encontravam e donde pediam aos que passavam algumas moedas e uma oração por suas almas. E o nosso relator prossegue: "duma forma geral, o seu aspecto sujo e nojento contribui mais para afastar a esmola que para a conseguir. Um médico teria ocasião de ver diversas doenças, raras e singulares, casos clínicos únicos. Muitos são estropiados e arrastam-se sem pernas, outros exibem corcundas disformes", quase todos apresentam feridas, um grande número era cego ou tentava fazer-se passar por tal.²⁶

Mau grado as medidas promulgadas contra a vagabundagem, nada parecia conseguir travar o aumento contínuo da massa de inteligentes. A polícia intervinha, mas sem sucesso. No final de Oitocentos famílias inteiras viviam em casebres miseráveis ou nas ruínas dos palácios e casas destruídas pelo Terramoto, por onde vagueavam crianças esfarrapadas. Tais sítios eram particularmente perigosos, sobretudo à noite, porque era também esse o local ideal, onde se acoitavam os numerosos malfeitores que por toda a cidade praticavam os seus assaltos e roubos.

Na realidade, os atropelos à segurança pública marcavam o dia-a-dia de certos bairros menos protegidos, apesar de as prisões regurgitarem com o mais variado tipo de indivíduos. O facto de o Rei não suportar a alimentação dos presos explicava, segundo alguns, o carácter quase indiscriminado com que se processavam as detenções. Quando alguém passava junto à cadeia era de imediato solicitado a dar esmola. Os presos estendiam pequenas bolsas suspensas por um

²⁶ M. Link, *ob. cit.*, vol.I, pp. 264-265.

O Conceito de Representação

barbante através das grades, mas se, por ventura, os transeuntes não se deixavam compadecer arriscavam-se a ouvir dos presos as mais violentas injúrias.²⁷ A justiça era lenta e nem sempre eficaz. Castigavam-se com uma ferocidade surpreendente faltas ligeiras, enquanto muitos crimes continuavam impunes.

4. Os moldes da convivência.

As formas de conviviabilidade dos lisboetas evoluíram lentamente e conservaram até muito tarde traços que remontavam à época medieval. Entre eles cumpre destacar o predomínio das manifestações colectivas de rua ou em grandes espaços, intimamente ligadas ao calendário das festividades religiosas. Esta realidade vigorava ainda na segunda metade de Setecentos e haverá que esperar pelo final do século para ver surgir novas práticas de convívio.

A corte dava o tom no panorama morno que caracterizava a sociedade da época. Ela não oferecia distrações e raras eram as festas que promovia, excepto quando se assinalava o aniversário ou nascimento de algum príncipe. Os restantes grupos sociais em tudo imitavam a corte. Os lisboetas pouco se visitavam, as suas maneiras sociais eram tristes, a conversa rara e aborrecida, a dança lenta, ao som de violino. Por vezes um só para toda uma casa. A família constituía o centro do universo em que todos se movimentavam, mesmo os de condição social mais elevada.

Quase não existiam edifícios ou jardins públicos para jogar e usufruir dos prazeres da vida ao ar livre. Talvez por esse facto, todos os burgueses e nobres com posses suficientes tinham o hábito de se recolherem às quintas que adquiriam nos arredores da cidade, no Lumiar, em Benfica, Carnide e Charneca ou em Sintra. Dessa forma se despovoava e entristecia ainda mais a vida na capital, sobretudo durante os meses estivais.

De facto, durante toda a Época Moderna, a Igreja e os festejos litúrgicos constituíram a grande oportunidade de encontro. Daí a importância social de que se revestiam os enterros e as visitas de condolências às famílias enlutadas, bem como as visitas e prendas que se trocavam em certas épocas do ano.

²⁷ General Dumouriez, *État présent du Royaume de Portugall en l'année MDCCLXVI*, pp. 180-181.

Os lisboetas iam muito à missa, em parte porque não dispunham de outros passeios, o que tornava as cerimónias religiosas um misto de fé e divertimento. Porém, pelo Natal, tal como pela Páscoa, a população procurava divertir-se. No século XVIII a sociedade mais fina ia ao teatro na véspera de Natal, como preparativo para a festa da ceia. À meia-noite as igrejas, sumptuosamente iluminadas, enchiam-se para a missa-do-galo. Também nos dias que antecediavam a Quaresma se multiplicavam os bailes e as reuniões. Nos três dias de Carnaval a cidade estava em festa, de dia e de noite. Durante a Quaresma, os divertimentos eram substituídos por grandes procissões, que todas as sextas-feiras corriam os bairros da capital. Uma vez terminadas, as gentes reuniam-se. Para beber, jogar cartas ou simplesmente conversar. Sobretudo para as mulheres, a quem eram limitadas as saídas, estas eram ocasiões de júbilo.

Passadas as festas da Páscoa começava o peditório para o Espírito Santo, que durava até ao Pentecostes. Mas os festejos mais famosos do ano eram os do Corpo de Deus, a 4 de Junho. Apenas rompia a madrugada repicavam os sinos, rufavam os tambores, tocavam os clarins. A multidão apinhava-se junto à Sé Patriarcal. Após a missa solene, à qual assistiam todas as altas entidades civis e religiosas, formava-se a procissão, que avançava lentamente em direcção ao Rossio.²⁸

A época terminava com os festejos do Santo António e dos restantes Santos Populares. O primeiro beneficiou de um culto especial, mas em Lisboa, como por todo o território, festejava-se também o São João e mesmo o São Pedro, embora este último fosse mais popular na zona de Setúbal. Assim, na noite de 12 de Junho a capital estava em festa, tal como a 23 e um pouco menos a 28. Na última parte de Setecentos, as comemorações mais concorridas tinham lugar na Praça da Figueira, na Praça de Dom Pedro e no Passeio Público do Rossio, profusamente ornamentados para o efeito. Colocavam-se mastros, cordões e arcos triunfais, que eram decorados com flores e ramos de louro, buxo, alfazema, erva-pinheira e salgueiro. A esta parte da cidade acorria toda a população e também os vendedores de queijadas de Sintra, de bolachas da Lapa, de licores os mais diversos e dos já então tradicionais vasos de manjerição. Por toda a parte se acendiam fogueiras, onde eram queimadas substâncias vegetais odoríferas, sobretudo

²⁸ W. Beckford, *ob. cit.*, pp. 71-74.

alecrim e murta. Lisboa iluminava-se, bailava-se no Rossio em torno das fogueiras, lançava-se fogo de artifício.

Outra forma de celebrar os grandes acontecimentos da vida pública consistia na realização de corridas de toiros, também elas congregadoras de todos os extractos sociais. Os pretextos eram inúmeros. Festejava-se o nascimento de príncipes, os aniversários da família real, a conclusão de tratados de paz, certas vitórias militares ou simplesmente prestava-se homenagem a determinado indivíduo.

Em meados de Setecentos, Baretto, originário de Turim e homem viajado, assiste a um desses espectáculos, que descreveu nas suas *Lettere*, publicadas ainda nesse século em Milão. Celebrava-se algo importante, a julgar pela presença dos membros da família real, bem como de muitos nobres e diplomatas creditados na Corte. No entanto, as mulheres, sobretudo as de mais elevada condição, eram em número reduzido. A emoção e entusiasmo da assistência eram extraordinários, sobretudo entre os indivíduos que enchiam os locais menos nobres do recinto. Erguia-se a multidão após cada feito dos destemidos picadores. A festa só foi interrompida quando alguém gritou "terramoto!" A lembrança da catástrofe de 1755 estava ainda bem fresca: "toda a assistência apavorada desatou a correr para as saídas ou concentrou-se no centro da praça. Apenas um gesto apaziguador do Rei, que assistia, acalmou as gentes, que voltaram aos seus lugares."

Anos mais tarde, já no início do século XIX, outro estrangeiro descreve nas suas memórias o cerimonial que antecede e rodeia este espectáculo, assaz estranho aos olhos de um homem nascido no Norte da Europa. Dias antes, as principais ruas foram percorridas por uma quadrilha de toureiros mascarados, a cavalo e ao som da música, que anunciavam a tourada. Aquela a que assistiu realizou-se na praça de touros da rua do Salitre, a primeira arena destinada ao público da cidade, inaugurada em 1790 pelo príncipe D. João e por Pina Manique. "Em torno da arena ergue-se um anfiteatro romano com duas ordens de camarotes, separados e cobertos. Nos principais, que são pintados e guarnecidos com cortinas, tomam lugar a nobreza e as pessoas de qualidade, com as respectivas senhoras. Os outros enchem-se com gente das classes inferiores. O número de espectadores chega a elevar-se a dois mil, dos quais a maior parte são homens. Às cinco horas da tarde, um foguete lançado ao ar dá sinal para principiar o espectáculo. Os touros, com os cornos adornados de fitas variegadas, são introduzidos na arena para serem vistos. Segue-se o cortejo dos

participantes, todos muito bem ataviados. Depois começa a corrida."²⁹

Todas as manifestações referidas até este momento têm em comum o facto de nelas participarem todos os grupos sociais. Porém, tanto a nobreza, como a burguesia ou o povo possuíam formas próprias de convívio e distração. Na cidade existiam muitos cafés que, no entanto, eram pequenos, mal decorados e sujos. Neles se reuniam os populares e se bebia café, chocolate, cacau e chá. Os homens juntavam-se também nas tabernas, que invariavelmente serviam um vinho de má qualidade, mas barato.

Quem preferisse um passeio ao ar livre podia escolher o jardim situado nos terrenos do Conde de Castelo Melhor, localizado nas costas do palácio da Inquisição, cujas estátuas foram mesmo utilizadas para o ornamentar. No entanto era murado e tinha pouca verdura, o que o tornava um local pouco atractivo e pouco procurado.

Nos feriados e domingos de Verão, os alfacinhas preferiam o rio. Dirigiam-se para junto do Tejo, onde desde muito cedo se podiam ver aguadeiros, vendedeiras com doces, amendoins, pevides e tremoços, por vezes pinhões. Em locais escolhidos erguiam-se tendas, que vendiam água, limonada, garrafas de salsaparrilha e ginja. Os destroços do Terramoto e as subsequentes obras de reconstrução da Baixa constituíram outro pólo de afluência popular nos dias de lazer. No entanto, não foi possível concretizar o projecto defendido pelo Marquês do Pombal, que visara dotar Lisboa de um passeio à beira rio.³⁰

Nas feiras e mercados, que regularmente se realizavam num ou noutro ponto da cidade, tocava-se música e os populares dançavam a fossa e a seguidilha espanholas. Assistiam também a exibições de saltimbancos, muitas vezes acompanhadas pelas habilidades de animais exóticos e amestrados, como camelos, macacos e cães. Grande número dessas representações tinha lugar na Praça do Salitre.

Os extractos mais humildes aderiam com grande entusiasmo aos espectáculos de fantoches, farsas e comédias castelhanas, que na segunda metade de Setecentos foram substituídas por comédias à portuguesa, muitas das quais representadas ao ar livre.

A um outro nível, a crescente influência do teatro francês e da ópera italiana levaram certos empresários a construir edifícios modernos, aos quais acorriam os mais abastados. No Teatro da Rua dos Condes fez-se durante algum tempo ópera italiana, frequentada por

²⁹ Carl Ruders, *ob. cit.*, pp. 74,75,125.

³⁰ Suzanne Chantal, *ob. cit.*, p. 247.

burgueses e aristocratas. No início da década de 90 um grupo de negociantes da capital financiou um novo teatro de ópera de nível idêntico aos que se erguiam por essa Europa fora. Mas a qualidade das salas nem sempre correspondia à qualidade das peças exibidas, que eram invariavelmente más.³¹

Pela mesma época desenvolveu-se o gosto pelo convívio e as reuniões privadas, para o que muito terá contribuído a colónia estrangeira radicada em Lisboa. Partidas de cartas, serões musicais, bailes, passeios ao ar-livre e piqueniques no Campo Grande e em Benfica tornaram-se a pouco e pouco parte integrante do quotidiano, embora sem a frequência necessária à formalização de uma *saison* à moda europeia.

A Lisboa de finais do século XVIII parecia estar prestes a encontrar diferentes vias de emancipação gradual profana, reagindo assim à preponderância plurisecular do religioso. Este processo de laicização sofrerá novas e rápidas alterações nos últimos dois séculos.

Lisboa, Novembro de 1996

Bibliografia

- BARETTI, Giuseppe, *Viaggi Esposti in Lettere Familiari a suoi fratelli Filippo, Giovanni e Amadeo*, Monza, 1850.
- BECKFORD, William, *Diário de William Beckford*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1957.
- BOMBELLES, Marquis de, *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal. 1786-1788*, Paris, PUF, 1979.
- CARRERE, J.B.F., *Voyage en Portugal et Particulièrement à Lisbonne ou Tableau Moral, Civil, Politique, Physique et Religieux de cette capital, etc., etc.*, Paris, Deterville, 1798.
- CASTELLO BRANCO, Fernando, *Lisboa Seiscentista*, 4ª ed., Col.Cidade de Lisboa, nº14, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- CHANTAL, Suzanne, *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do Terramoto*, Lisboa, Ed.Livros do Brasil, s./d.
- COSTIGAN, A. William, *Cartas de Portugal, 1778-1779*, Lisboa, Ed. Ática, col."Portugal Visto por Estrangeiros", s./d.
- DUMOURIEZ,(General), *État présent du Royaume de Portugal en l'année MDCCLXVI*, Lausanne, 1775.
- FRANÇA, José Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, 2ªed., Lisboa, Bertrand Editora, 1977.

³¹ Teresa Rodrigues et alii, *ob. cit.*, pp. 69-70.

As Representações Pluriseculares de uma Vivência de Quotidiano

- LEÃO, Duarte Nunes de, *Descrição do Reino de Portugal...*, 2ªed., Lisboa, 1610.
- LINK, M., *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799*, Paris, 1803.
- MARQUES, A.H. de Oliveira, "Uma Descrição de Portugal em 1578-80", in *Nova História – Século XVI*, nº1, Lisboa, Ed. Estampa, 1984, pp.83-143.
- RODRIGUES, Teresa et alii, *Lisboa Setecentista vista por Estrangeiros*, 2ªed., Lisboa, Livros Horizonte, 1996.
- RODRIGUES, Teresa, *Crises de Mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- RUDERS, Carl Israel, *Viagem em Portugal 1798-1802*, Lisboa, BNL, 1981.